

OS FILHOS DA PAUTA.

Antônio Cavalcante da Costa Neto (*)

Duas notícias publicadas no Jornal da Associação dos Magistrados do Trabalho da Terceira Região, referente aos meses de março e abril de 98, chamaram-me à atenção.

Reporta-se a primeira delas a pesquisa realizada junto aos Juízes do Trabalho da Terceira Região, que revelou ser a maioria dos magistrados favorável à limitação da pauta nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

A outra diz respeito a episódio ocorrido na Junta de Conciliação e Julgamento de Catalão, no interior de Goiás, e que, segundo aquele jornal, teve grande repercussão em todas as Associações de Magistrados. Nesse episódio, o Juiz Presidente da Junta foi alvo de processo administrativo provocado pelos classistas, que reivindicavam para si o direito de definir a pauta, o que culminou com decisão do Exmo. Sr. Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, reformando a decisão do E. TRT da 18ª Região, que tinha sido favorável ao pleito dos vogais, para deixar claro que cabe ao Juiz Presidente de cada Junta, com base na CLT e na Constituição Federal, e no superior interesse da administração da Justiça, a definição da pauta de audiência.

Nas duas notícias, avulta a importância de algo aparentemente banal, mas que, na verdade, parece ser determinante para todos nós que fazemos o dia-a-dia no Poder Judiciário: a pauta. Revela ainda, a contradição entre o grande volume de

demandas das grandes cidades, onde são feitas pautas muito extensas e que, portanto, precisam ser limitadas, e a pequena demanda existente nas pequenas Juntas, que pode levar os classistas a postularem uma manipulação espúria da pauta em favor de seus próprios interesses.

É sobre tais distorções que peço vênha para tecer alguns comentários.

Das pautas gordas.

Nas Juntas dos grandes centros, especialmente das capitais, encontramos pautas sobrecarregadas, gordas, muitas vezes obesas. Da excessiva adiposidade dessas pautas surgiu uma prática que mesmo não tendo respaldo na lei como norma geral, tornou-se, por força de necessidade prática, verdadeira instituição: a divisão compulsória daquilo que normal e ontologicamente seria indivisível: a audiência. Essa divisão adquiriu contornos tão marcantes que tem sido necessário, nas Juntas onde é possível fazer audiência única, consignar-se expressamente na citação que naquele juízo realiza-se uma só audiência, como se isso fosse uma ressalva ao comando geral previsto na lei.

(*) Antônio Cavalcante da Costa Neto é Juiz do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Picuí (PB)

Mas não é só.

O número excessivo de demandas plasmou um ente que tem um quê de surrealista, batizado com o nome de pautão. Nele parece que se pretende superar demiurgicamente os conceitos de tempo e espaço, quase que violando os postulados da Física.

E a conseqüência natural de toda essa avalanche de demandas que desembocam na Justiça do Trabalho é, sem sobra de dúvida, uma enorme e indesejável pressão.

Pressão sobre o empregado — ou o desempregado, como sói acontecer — que não raro sente-se forçado a fazer acordo na “audiência inaugural”, apenas para evitar a espera indesejável e talvez insuportável da “audiência de instrução”.

O advogado, como representante das partes, também não fica imune aos efeitos perniciosos dessa pressão. Trabalha num ritmo alucinante, não lhe sendo permitido o tempo suficiente para estabelecer com o juiz um diálogo efetivo, primordial à concretização do verdadeiro contraditório, como instrumento democrático de participação num justo procedimento.

E quanto ao juiz?

Creio que é a grande vítima dessas pautas alentadas.

Penso que se todos os juízes brasileiros fossem consultados sobre a necessidade de limitação da pauta, o resultado não seria diferente da pesquisa realizada no terceiro regional.

Ora, se o juiz, reitor do processo, está convencido da importância e da necessidade da limitação da pauta, não é um paradoxo o fato dessa limitação não ser feita imediatamente? É o juiz quem faz a pauta ou a pauta que faz o juiz?

Na teoria a resposta é simples. Na vida prática, nem tanto.

Como trabalhar sob a pressão de uma pauta desumana e desumanizadora sem o risco de sacrificar a qualidade da atividade jurisdicional e da qualidade de vida do próprio juiz?

Certamente recursos como a informática facilitam o trabalho desses homens e mulheres a quem foi confiada a função social de julgar. Advirta-se, entretanto, que o computador e todas as maravilhas da tecnologia não substituem a inteligência e a sensibilidade do ser humano na valoração de atos da vida.

Das pautas magras.

Nas Juntas das pequenas cidades vivem as irmãs magras das pautas dos grandes centros. Às vezes tão magras que dão a impressão de que vão morrer de inanição e, neste ano de seca, parece que até a pauta vem sofrendo os efeitos desse flagelo que castiga periodicamente a nós nordestinos.

Com essas pautas de silhueta delgada é que tenho convivido nesses cinco anos como magistrado, e nessa convivência aprendi empiricamente que elas são frutos do meio: pessoas e lugares que não foram incluídos no processo de desenvolvimento econômico e sócio-cultural, e por isso as pautas revelam ao mesmo tempo a escassez de oportunidades de trabalho e da oferta de instrumentos que possibilitem o exercício da cidadania em toda sua plenitude.

Embora não se deva olvidar a importância da política de interiorização da Justiça do Trabalho, chego a questionar os critérios que foram utilizados para a implantação e que justificam a manutenção de Juntas em lugares onde o movimento processual é insignificante e apresenta nítida tendência de redução, enquanto que o cidadão-empregado (pior ainda o desempregado) e o empregador, que são contribuintes, são condenados a sofrer juntamente com juízes e advogados, a tirania de uma pauta que se impõe como um problema aparentemente insolúvel.

Por vezes as pautas magras nos deixam acomodados, pois se somos também sopro divino, não podemos negar nossa condição de argila de que fomos moldados, e neste contexto a lei do menor esforço pode nos induzir ao comodismo. Outras vezes, incomodados em sabermos que a pauta de corpo esquelético nos permite certa ociosidade, enquanto outros colegas são infernizados pelo assédio sufocante das pautas rechonchudas.

Para os classistas, a magreza das pautas pode representar ameaça e gerar um relacionamento conflituoso com o juiz togado a quem cabe presidir as Juntas, como no episódio acima citado, em que o Juiz Presidente negou-se a enxertar órgãos postiços no corpo da pauta para fazer-lhe artificialmente balofa.

É compreensível que os vogais sintam-se prejudicados com a redução de seus vencimentos como decorrência da escassez de demandas nas pequenas Juntas. Todavia, eticamente é insustentável a idéia de direcionar a pauta para proveito pessoal de quem quer que seja.

Por uma pauta “*light*”.

No mundo em que vivemos, em que existe uma busca por um corpo esteticamente apresentável e razoavelmente sadio, não se justifica a gula insaciável das pautas que a tudo e a todos devora, nem tampouco a anorexia das que parecem fadadas a sucumbir de inanição.

É preciso lutar por uma pauta “*light*”, símbolo do equilíbrio, que tantas vezes é associado à idéia de justiça.

Tenho consciência de que a luta não será fácil e que a tentativa de superação das distorções parece uma aventura quixotesca. Será preciso engenho e arte.

Mesmo assim insisto em perguntar: é o juiz quem faz a pauta ou a pauta que faz o juiz?